

**Miranilde Oliveira Neves
(Organizadora)**

**Currículo: Distintas
Abordagens Epistemológicas**

**Atena**
Editora
Ano 2019

Miranilde Oliveira Neves
(Organizadora)

**Currículo: Distintas Abordagens
Epistemológicas**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C976	<p>Currículo [recurso eletrônico] : distintas abordagens epistemológicas / Organizadora Miranilde Oliveira Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-660-7 DOI 10.22533/at.ed.607193009</p> <p>1. Currículos. 2. Educação. 3. Escolas – Aspectos sociais. I.Neves, Miranilde Oliveira.</p> <p style="text-align: right;">CDD 375</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A questão curricular envolve vários processos que demandam atenção e disponibilidade por parte do professor para aderir a mudanças que ocorrem constantemente no âmbito escolar. Currículo e prática docente caminham lado a lado, afinal, é na prática que se descobrem as reais certezas ou incertezas, que posteriormente moldarão o perfil do professor. São, portanto, as metamorfoses que ocorrem a partir da escolha das propostas curriculares e as diversificadas abordagens epistemológicas que esta obra apresentará.

É inegável a impossibilidade de abarcar todas as questões existentes nos sistemas educacionais dentro das propostas curriculares, mas precisamos estar atentos para o fato de que, nos mais diferentes contextos, em especial, cultural e social, há, claramente, o interesse do currículo em compreender, a partir desses aspectos, o que realmente, nossos estudantes precisam nas escolas. O currículo não deve ser pensado apenas como uma proposta do presente. Ele marca as ações futuras e essa reflexão deve fazer parte da visão do professor formado ou em formação.

A obra apresenta vinte capítulos – cada um com aspectos que, somados, formam um som uníssono de luta por uma proposta curricular mais eficaz nas escolas, é o caso do capítulo **Currículo na Escola em uma Comunidade Tradicional Quilombola** – texto fundamental para quem deseja compreender os aspectos, diversas vezes, esquecidos nos currículos, que envolvem os fatores que constroem a formação das comunidades quilombolas. Neste capítulo, uma viagem especial a escolas de ensino fundamental de Garanhuns-PE, Nordeste do Brasil – o currículo é apresentado como vetor importante na marca do território de matriz africana, valorização das identidades que se constroem ao longo das relações e que, indubitavelmente, são responsáveis por um currículo que valoriza as diversidades.

O segundo capítulo discutirá a **Integração no Ensino Médio: Articulações Discursivas na Produção da Hegemonia** – a autora faz uma análise a partir dos discursos de integração na política curricular brasileira para o Ensino Médio, no período de 1998 a 2012, a fim de entender a produção dos discursos de integração como luta hegemônica pela significação do currículo.

Intitulado **Corpolítica: diálogos sobre Gênero, Sexualidade, Raça e Direitos com Jovens em Espaços Urbanos Periféricos no Distrito Federal**, o terceiro capítulo discute e valoriza a extensão universitária como fator preponderante na formação acadêmica, em especial, na Universidade de Brasília - UNB. O texto apresenta os resultados favoráveis à união universidade e academia, a partir da implantação de um projeto de extensão que já alcançou seu espaço na instituição desde o ano de 2016 e dele participam diferentes atores pertencentes ou não à UNB.

Com o tema **Dez Anos de Políticas Educacionais: a Escola e a Democracia no Mercosul (2005-2015)** o quarto capítulo revela o que dizem os planos de Ação do Setor Educacional do Mercosul no período estudado (2005-2015). Cidadania, democracia,

desenvolvimento social, cultura e integração foram as áreas de comparação analisadas para se chegar à compreensão das condições educacionais dos países que formam este Bloco e de como está sendo construído o processo de democratização entre eles. É, sem dúvida, um texto que permite uma reflexão mais apurada sobre o que já foi e o que ainda pode ser feito no âmbito das políticas educacionais.

Os leitores podem usufruir de um bom texto ao lerem o quinto capítulo, o qual se intitula **As Tecnologias Digitais e suas Intervenções na Conformação do Currículo Brasileiro**, os autores explicam com clareza e precisão como as tecnologias digitais influenciam na construção do currículo e para entender **As Mudanças Curriculares na Educação Física no Ensino Médio e a Preocupação com a Formação Humana**, Aline de Carvalho traz no sexto capítulo um alerta dirigido a qualquer professor da Educação Básica – Nível Médio: a necessidade de refletir sobre a formação humana integral. A autora, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais faz uma análise sobre a importância de unir formação acadêmica e formação integral e apresenta a experiência que vivenciou, dentro desse contexto no Colégio dos Santos Anjos - Rio de Janeiro.

Ao se preocupar com a inclusão, o sétimo capítulo apresenta as **Narrativas de Inclusão no Curso de Especialização em Educação Inclusiva: Diálogos com Ivor Goodson**, o qual valoriza os percursos curriculares individuais com base em aprendizagens narrativas e não privilegia o estudo prescritivo dos conteúdos curriculares que consideram as diferenças e façam com que o professor perceba que compreender esse contexto, significa incluir no melhor sentido da palavra.

Explicitar os Aspectos da Creditação da Extensão nos Cursos de Formação de Professores, foi o foco da pesquisa de Ana Claudia Ferreira Rosa e Arlete Maria Monte de Camargo, as quais deixam explícita a necessidade de modificações nos currículos, que devem vir acompanhadas dos desafios da formação de professores – tudo isso partindo de uma reflexão sobre a creditação de extensão, assegurada no Plano Nacional de Educação e já citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aos cursos de nível superior.

El Currículum Oculto en la Investigación Educativa – Pesquisa de Martha Marques San Martín, Revela um olhar a partir da experiência no ensino de Pesquisa Educacional em dois centros de formação de professores na cidade da Flórida, Uruguai, a fim de contribuir para a discussão sobre o currículo oculto. O estudo busca refletir o espaço de ensino de pesquisa educacional como um espaço, que desempenha diferentes posições, as quais buscam legitimar o lugar de suas concepções e a hegemonia de suas propostas.

Práticas Curriculares na Educação Rural e a Importância de uma Educação Contextualizada – este capítulo revela preocupação com a contextualização do currículo e não apenas uma obediência a conteúdos que desvalorizam, em alguns momentos, o cotidiano do estudante. O foco da pesquisa ocorreu na zona rural e as singularidades que estes precisam manter e preservar a outras gerações, por isso

a preocupação em analisar e levar respostas à sociedade sobre a importância de o professor desenvolver uma prática pedagógica que contemple os saberes necessários à educação do campo.

Analisar a **Percepção Discente sobre Estratégias de Ensino Ativo, Combinadas com Aulas Teóricas, no Ensino de Fisiologia em Curso de Odontologia** foi com este objetivo que nasceu o capítulo que valoriza estratégias de ensino possíveis de serem aplicadas em cursos de graduação e que mostram uma afinidade maior dos estudantes com a aprendizagem dos conteúdos nas aulas de Fisiologia em um curso de Odontologia.

A Construção da Identidade Étnico-Racial nas Orientações Curriculares do Estado da Bahia de Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito tenta entender como as relações étnico-raciais são trabalhadas pelas orientações curriculares para o Ensino Médio do Estado da Bahia – BA.

A Internacionalização no Campo do Currículo: Pesquisando os Colóquios Luso-Brasileiros – este capítulo apresenta a importância das práticas cotidianas para o desenvolvimento do currículo em sala de aula. Em sequência, o leitor disporá de um texto singular: **A Relação entre o Currículo da Eja no Contexto Prisional e os Processos de Ressocialização de Jovens e Adultos que estão em Conflito com a Lei** – capítulo importante para a compreensão dos fatores que podem vir a melhorar a qualidade de ensino nas turmas Eja que se encontram no âmbito prisional. Explicar as relações entre o currículo, a reprodução das desigualdades e as propostas de inclusão são o foco deste texto.

Alfabetização Dialógica: Concepções e Práticas – Este artigo tem como objetivo geral explicar maneiras que possibilitem a alfabetização, na perspectiva dialógica. A questão central é compreender quais devem ser as atitudes do professor em relação às práticas em sala, no processo de alfabetização dialógica.

Outro capítulo que continua o discurso e análise da questão curricular é **As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a Formação de Profissionais da Educação Básica** - O texto centra-se na formação de profissionais da educação básica a partir das Diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tendo como referência o currículo do curso de Pedagogia, a partir do qual foi analisada a formação de profissionais da educação básica em relação aos preceitos da Lei Nº. 11.645/2008 que alterou a LDB Nº. 9.394/1996.

O Ensino de Arte no Brasil e o Multiculturalismo e o texto **Desafios Enfrentados para Construção de um Currículo Escolar Multicultural** são dois capítulos que discutem simultaneamente a concepção do ensino de Arte nas escolas públicas no Brasil, com ênfase no multiculturalismo e sua potencialidade provocativa ao diálogo, à compreensão cultural das diferenças e à alteridade e identificar os desafios enfrentados para construção de um currículo escolar multicultural, a partir de relato de experiência, o que permite refletir sobre a realidade profissional de professores e

pedagogos e identificar desafios em dinamizar o currículo e o planejamento.

Introdução aos Estudos Culturais Africanos e Indígenas na Educação Básica do Brasil: Descolonização Curricular e Formação Docente – nosso penúltimo capítulo versa sobre a formação de professores diante das questões que envolvem as relações étnico-raciais na escola e apresenta a descolonização de ideologias presentes nos materiais didáticos, para as quais é preciso atenção, já que promovem alterações curriculares significativas na educação brasileira.

Para encerrar nosso diálogo, momentaneamente, pois as discussões sobre o currículo permanecem no cotidiano da escola, apresentamos o último capítulo intitulado **Percurso Formativo na Educação Integral: Currículo, Tempos e Espaços em Transformação**, o qual avalia as variáveis teóricas e metodológicas justapostas na construção de um percurso formativo que valoriza a Educação Integral. O texto mostra, claramente, a necessidade de implementar novas propostas formativas capazes de romper com a linearidade e com a reprodução trivial de oficinas propostas nas políticas públicas para um currículo de Educação Integral.

Espera-se que todos façam uma boa leitura.

Miranilde Oliveira Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CURRÍCULO NA ESCOLA EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA	
Denize Tomaz de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.6071930091	
CAPÍTULO 2	13
INTEGRAÇÃO NO ENSINO MÉDIO: ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS NA PRODUÇÃO DA HEGEMONIA	
Maria Gorete Rodrigues Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6071930092	
CAPÍTULO 3	26
CORPOLÍTICA: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E DIREITOS COM JOVENS EM ESPAÇOS URBANOS PERIFÉRICOS NO DISTRITO FEDERAL	
Gabriel Santos Pereira	
Jeferson Cardoso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6071930093	
CAPÍTULO 4	37
DEZ ANOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A ESCOLA E A DEMOCRACIA NO MERCOSUL(2005-2015)	
Maurinice Evaristo Wenceslau	
Débora de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6071930094	
CAPÍTULO 5	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUAS INTERVENÇÕES NA CONFORMAÇÃO DO CURRÍCULO BRASILEIRO	
Rosa Maria Rodrigues Barros	
Thiago César Frediani Sant'Ana	
Marta Maria Gonçalves Balbé Pires	
DOI 10.22533/at.ed.6071930095	
CAPÍTULO 6	63
AS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E A PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO HUMANA	
Aline de Carvalho Moura	
DOI 10.22533/at.ed.6071930096	
CAPÍTULO 7	73
NARRATIVAS DE INCLUSÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIÁLOGOS COM IVOR GOODSON	
Lidnei Ventura	
Roselaine Ripa	
Rose Clér Estivaleta Beche	
DOI 10.22533/at.ed.6071930097	

CAPÍTULO 8	84
ASPECTOS DA CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Ana Claudia Ferreira Rosa	
Arlete Maria Monte de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6071930098	
CAPÍTULO 9	97
EL CURRÍCULUM OCULTO EN LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA	
Martha Marques San Martín	
DOI 10.22533/at.ed.6071930099	
CAPÍTULO 10	106
PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO RURAL E A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA	
Rafaela Santos Araújo	
Jerônimo Jorge Cavalcante Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60719300910	
CAPÍTULO 11	118
PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO ATIVO, COMBINADAS COM AULAS TEÓRICAS, NO ENSINO DE FISIOLOGIA EM CURSO DE ODONTOLOGIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Maeline Santos Morais Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.60719300911	
CAPÍTULO 12	130
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DA BAHIA	
Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito	
DOI 10.22533/at.ed.60719300912	
CAPÍTULO 13	141
A INTERNACIONALIZAÇÃO NO CAMPO DO CURRÍCULO: PESQUISANDO OS COLÓQUIOS LUSO-BRASILEIROS	
Jussara Cassiano Nascimento	
Ana Lisa Nishio	
DOI 10.22533/at.ed.60719300913	
CAPÍTULO 14	151
A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO DA EJA NO CONTEXTO PRISIONAL E OS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE ESTÃO EM CONFLITO COM A LEI	
Rarissa Maiara Fernandes de Lira	
Joel Severino da Silva	
Márcia Regina Barbosa	
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	
DOI 10.22533/at.ed.60719300914	
CAPÍTULO 15	165
ALFABETIZAÇÃO DIALÓGICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	
Raíssa Oliveira Everton	
Maria José Albuquerque Santos	

CAPÍTULO 16	175
AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Ana Beatriz Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.60719300916	
CAPÍTULO 17	187
O ENSINO DE ARTE NO BRASIL E O MULTICULTURALISMO	
Tauã Carvalho de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.60719300917	
CAPÍTULO 18	197
DESAFIOS ENFRENTADOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR MULTICULTURAL	
Mayara Macedo Melo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Franciane Santos do Nascimento	
Fernanda Gomes do Nascimento Silva	
Geane Blenda Mendes de Andrade	
João da Conceição da Costa	
Maria das Graças Sampaio	
Suzana Lima de Sousa	
Germano Soares Martins	
Ariane Freire Oliveira	
Ilana Maria do Espírito Santo	
Mércia Cycília de França Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.60719300918	
CAPÍTULO 19	207
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CULTURAIS AFRICANOS E INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL: DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO DOCENTE	
Maria Lucia Morrone	
DOI 10.22533/at.ed.60719300919	
CAPÍTULO 20	217
PERCURSO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO	
Andréia Morés	
Cineri Fachin Moraes	
Cristiane Backes Welter	
Delcio Antônio Agliardi	
DOI 10.22533/at.ed.60719300920	
SOBRE A ORGANIZADORA	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CULTURAIS AFRICANOS E INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL: DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO DOCENTE

Maria Lucia Morrone

Universidade Ibirapuera, Curso de Pedagogia
São Paulo/SP

RESUMO: O artigo analisa a formação de professores para o enfrentamento das relações étnico-raciais na escola e a descolonização de ideologias presentes nos materiais didáticos que promove alterações curriculares significativas na educação brasileira no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: currículo; formação docente; educação básica; relações étnico-raciais

ABSTRACT: The article analyzes the formation of teachers for the confrontation of ethnic-racial relations in the school and the decolonization of ideologies present in didactic material that promotes significant curricular changes in Brazilian education in the 21st century.

KEYWORDS: curriculum; teacher training; basic education; ethnic-racial relations

O artigo problematiza a formação de professores para o enfrentamento das relações étnico-raciais nas escolas, uma vez que, descolonizar as ideologias presentes em materiais didáticos, consiste promover alterações curriculares significativas na

educação brasileira neste século XXI. Como metodologia de pesquisa fundamentou-se em pesquisas publicadas sobre as matrizes culturais e africanas no Brasil que ganharam novos contornos a partir das leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica, decretadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 passando a vigorar acrescida dos artigos 26-A e 79-B. A partir delas o ensino de história da cultura afro-brasileira e das populações indígenas passou a vigorar nos currículos escolares.

A produção intelectual sobre o tema reflete, porém de modo tímido nas práticas pedagógicas, nas orientações curriculares e na formação de professores. A não implementação desses marcos legislativos nas instituições escolares reforça um currículo ainda eurocêntrico que não contempla a diversidade étnico-cultural brasileira na sala de aula.

A valorização de um currículo eurocêntrico na história da educação brasileira sempre privilegiou a cultura dos brancos em detrimento das demais culturas étnicas na composição do currículo e nas atividades do cotidiano escolar. As culturas não pertencentes aos grupos

de etnia branca foram relegadas a uma inferioridade imposta no interior da escola. Estudantes pertencentes a etnias oprimidas foram submetidos ao fracasso escolar explicado por teorias fundamentadas em características biológicas que apontavam uma suposta inferioridade genética relacionada à raça.

Essa perspectiva serviu, segundo Apple (1997), para que vários governantes e formuladores de políticas neoliberais e conservadoras legitimassem a eliminação dos direitos sociais e educacionais de pobres, mulheres e negros(...) pode-se afirmar que a educação escolar, historicamente tem sido uma das aliadas para que essas minorias assumissem posições sociais inferiores. Assim, a identidade étnica e racial é também uma questão de saber e poder. (apud GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, p. 7).

A hegemonia europeia fez com que a das outras etnias, como a indígena e a africana, ficassem relegadas à inferioridade e à exclusão. A ideologia da superioridade do branco preserva no Brasil, elementos no plano estrutural e pessoal que reforçam mecanismos de exclusão e preconceito racial. Essa característica assume uma materialidade explícita na educação escolar por meio do vínculo entre conhecimento, identidade e poder. Silva (2010), ao se referir às orientações curriculares oficiais, lições, rituais escolares, datas festivas e nacionais, étnicas e raciais, afirma que “(...) *essas narrativas celebram os mitos de origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas(...)*”

Transformações no cenário mundial evidenciaram a necessidade de novos conhecimentos nas últimas décadas do século XX promovendo conseqüentemente várias reformas educacionais, por meio das quais foram elaborados novos instrumentos legais para a educação, os quais direcionaram políticas públicas que tinham por finalidade o desenvolvimento de novas competências e habilidades na gestão educacional incluindo, entre outras questões, novos conteúdos de ensino no currículo escolar e na formação de educadores.

No Brasil a LDBEN/96 alterada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e sancionada pelo governo federal incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “*História e Cultura Afro-Brasileira*”, nos artigos a seguir especificados:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

&1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

&2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 também sancionada pelo governo federal apresenta uma nova redação ampliando no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de estudos sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, conforme o artigo a seguir especificado:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-indígena.

& 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas condições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

& 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Os pesquisadores Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho em sua publicação “*Os mitos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso*”¹ apresentam alguns dos resultados da pesquisa que realizaram sobre práticas pedagógicas elaboradas referentes à introdução de temáticas relativas à Cultura Afro-Brasileira, à História da África e à História dos Povos Indígenas, conforme determinação das leis supracitadas². A reflexão que oferecem se fundamenta na análise feita no âmbito de uma pesquisa nacional efetuada em trinta e seis escolas em todo o Brasil – seis escolas em cada uma das regiões do país, exceção feita à Região Nordeste, na qual doze escolas foram analisadas, devido ao número de unidades da federação que a compõem.

O processo de seleção das escolas segundo os pesquisadores privilegiou as que instituíram efetivamente atividades de caráter didático-pedagógico relacionadas à Lei nº 10.639/2003. Na Região Norte foram selecionadas escolas em quatro estados em quatro Estados conforme demonstra o quadro a seguir:

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS
A	MACAPÁ	ENSINO MÉDIO (REGULAR E INTEGRAL)	2.553

1 <http://www.scielo.br/pdf/er/n47/06.pdf>.

2 Esta publicação faz parte de uma das dimensões da pesquisa realizada em âmbito nacional intitulada “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei nº 10.639/2003”, a qual contou com financiamento do Ministério da Educação e UNESCO. A coordenação regional coube à Profa. Dra. Wilma de Nazaré Baía Coelho e foi coordenada nacionalmente pela Profa. Dra. Nilma Lino Gomes.

B	MANAUS/AM	ENSINO FUNDAMENTA (1° -5°ANO); ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	624
C	MANAUS/AM	ENSINO FUNDAMENTAL (1°-9°ANO); ENSINO MÉDIO	863
D	ANANINDEUA/PA	ENSINO FUNDAMENTAL (1°-9°ANO); ENSINO MÉDIO	1.177
E	ARAGUIANA/TO	ENSINO FUNDAMENTAL (6°-9°ANO); ENSINO MÉDIO	1.243
F	PRAIA NORTE/TO	ENSINO FUNDAMENTAL (8°-9° ANO); ENSINO MÉDIO; ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	491

Fonte: Dados coletados pela equipe de pesquisa, no segundo semestre de 2009.

Nessas escolas a pesquisa constatou que as atividades desenvolvidas resultaram em mudanças decisivas na abordagem sobre a questão étnico-racial. Em algumas delas, os pesquisadores constataram alteração na forma como crianças, adolescentes e jovens perceberam os índices de cor e raça. O trabalho fundamentado nessas bases contribuiu, em alguns casos, para o fortalecimento de identidade negra, conforme mencionado no seguinte depoimento de uma aluna apresentado pelos pesquisadores.

Antes, tinha muito preconceito, na escola que eu estudava antes, eu muito preconceito eu chegava a me sentir mal por ser negra. Nunca senti vergonha, mas eu pensava porque só pelo fato de eu ser negra me tratavam dessa maneira. Quando eu entrei pro Bom Pastor e a gente começou a estudar e discutir esse assunto eu passei a pensar de outra maneira. Não tem que ter vergonha de ser negra (Aluna da Escola de Ananindeua/PA, 2009).

Segundo a pesquisa a Lei 10.639/2003 foi um instrumento demarcador de uma nova postura na educação ofertada, especialmente no que se refere à forma pela qual a memória histórica é concebida pelo saber escolar. Por meio dele, propõe-se que a abordagem sobre a formação da nação e da nacionalidade incorpore agentes esquecidos ou dimensionados de forma deturpada, abandonando a perspectiva eurocêntrica.

A relevância da política educacional formulada e implementada, pela Lei não reside no tamanho do sistema ao qual impõe mudanças significativas, mas na natureza do desafio que coloca para o saber escolar, ou seja, alterar visões de mundo, redimensionar a memória, criticar mitos e enfrentar preconceitos.

Os povos africanos e indígenas passam a ser vistos como agentes de processos

históricos, da mesma forma que os povos europeus. A África e a América anteriores à conquista ganham contornos específicos. A África passa a ser percebida na condição de continente, com povos, cultura e ambientes distintos. Sua participação nos processos de formação da nacionalidade é redimensionada, de forma a destacar a intervenção ativa que tiveram nos processos históricos que demarcam a trajetória histórica brasileira.

Com relação aos povos indígenas, sua história e diversidade são ressaltadas, enquanto que a sua participação no processo histórico brasileiro deixa de ser percebida somente a partir da ótica do conquistador porque as ações indígenas são reconhecidas e destacadas, sem esquecer ou negar a violência a que foram submetidos.

Fica evidente que os instrumentos legais que concretizam a política educacional projetada pretendem redimensionar a memória histórica. A aplicação da lei exige mais que o conhecimento historiográfico. Demanda o domínio sobre competências e habilidades docentes que permitam a crítica à tradição e a desconstruções de preconceitos relacionados ao papel dos agentes na conformação da nacionalidade e da nação. Exige o controle sobre o arcabouço teórico e metodológico que permite o recurso ao saber historiográfico à oferta de uma educação inclusiva.

Grande parte dos educadores em pleno século XXI ainda não reconhece a diversidade e a diferença entre os grupos étnicos e conseqüentemente não são dotados de competências e habilidades de análise para transformar a sua prática. A legislação requer de professores, técnicos e gestores que a educação ofertada satisfaça aos seus pressupostos, ou seja, o enfrentamento do preconceito e de seus desdobramentos na formação de crianças e adolescentes, por meio da construção de uma nova forma de se pensar a formação da nação e da nacionalidade.

Os cursos de licenciatura e ou de formação de professores para a educação básica não estão no universo das relações que socialmente foram reservadas aos negros. Pertencem a uma estrutura de mundo projetada para a exclusão do negro. Neste ponto, é emblemático o fato dos cursos de licenciatura terem sido declaradamente criados para as “elites”. A emancipação das minorias por meio do ensino jamais foi um projeto do estado brasileiro, que entre outras coisas, sempre zelou pela ausência da questão racial nos debates educacionais.

Esses cursos foram inaugurados sob o amparo de um regime escravocrata, o que significa que os “conteúdos” das disciplinas ensinadas aos alunos tentavam equilibrar um discurso liberal em defesa dos direitos fundamentais do homem e, ao mesmo tempo, a legitimação de uma realidade excludente dos negros, subjugados ao abandono de sua identidade histórica e ao rompimento com os laços de solidariedade com seus semelhantes.

O “ser negro”, enquanto produto da história é ser levado a tomar como exemplo o “ser branco” despindo-se de seus valores e alienando-se de sua condição existencial, de seu ser-no-mundo, de sua situação política. Este processo ocorre desde o ambiente acadêmico até o conteúdo das disciplinas (que muitas vezes, mesmo nos cursos de

humanas, “apagam” a questão racial de suas respectivas abordagens). Ao adentrar nas estruturas que possibilitam a “ascensão social”, o negro muitas vezes passa a servir à causa da opressão, mas sem nunca deixar de ser oprimido. Pede-se ao negro que se torne branco.

Com relação aos cursos de licenciatura tem sido tema constante as discussões sobre a formação de um profissional reflexivo, capaz de atuar mediante uma perspectiva da igualdade de direitos. A alteração da LDBEN/96 abriu perspectivas para debates sobre a história dos afro-brasileiros, culminando com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que propiciaram aos docentes as seguintes perspectivas no processo ensino/aprendizagem à pluralidade cultural:

(...) Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída a responsabilidade de acabar com o falso e reduzido modo de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer(...) continuados atos de racismo dos quais são vítimas. Sem dúvida, assumir essas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam(...) (Ministério da Educação, 2004).

Além dessas Diretrizes Curriculares em atendimento às reivindicações do movimento negro, foi instituído o “Dia Nacional da Consciência Negra” (20 de novembro) no calendário escolar, em homenagem a morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares³.

Segundo a pesquisadora Rachel de Oliveira, o Brasil possui por volta de mil comunidades remanescentes de quilombos espalhadas pelo território nacional, sendo que 743 das quais já foram identificadas pela Fundação Cultural Palmares.⁴

A entidade teve seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992 e tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à liberdade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formados da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. No artigo 1º da Lei que a instituiu lê-se “...) *promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira*”.

A pesquisadora Regina Pahm Pinto efetuou um estudo sobre os materiais destinados ao professor entre os quais a Revista Nova Escola, direcionada aos docentes do ensino fundamental⁵. A sua análise incidiu sobre 93 exemplares compreendidos entre março a outubro de 1996. Embora a pesquisadora não encontrasse uma

3 Surgiu no período colonial brasileiro e localizava-se na serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas.

4 A Fundação Cultural Palmares tornou-se um órgão público vinculado ao Ministério da Cultura instituída pela Lei Federal nº 7.688 de 22 de agosto de 1988, tendo por função elaborar políticas públicas para a população negra.

5 Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa n° 108, p.199-231.

discussão mais aprofundada sobre as diferenças étnico-raciais, observou que o tema encontra-se presente nos referidos exemplares em artigos publicados sobre os problemas mais frequentes que afetam a população indígena e negra, por meio de depoimentos, entrevistas, experiências de professores, pesquisadores, autores de livros, entre outros.

(...) Entre as questões discutidas nos artigos que focalizam o negro destacam-se as experiências de escolarização realizadas em comunidades com grande contingente de população negra, iniciativas de escolas para comemorar datas relativas à comunidade negra, programas educacionais desenvolvidos por órgãos oficiais ou associações negras, cultura negra, escravidão. Outros artigos divulgam opiniões e reivindicações de estudiosos e líderes negros sobre os mais variados assuntos como formação de currículo, conteúdo de livros didáticos, identidade, atuação docente da escola em relação ao racismo, cultura negra, comemorações, heróis negros(...) (PINTO, Regina Pahm, 1999).

No que se refere ao livro didático este continua sendo atualmente um dos recursos pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, geralmente, ele se constitui em uma única fonte de leitura para alunos oriundos de segmentos populares. Para o professor, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas de aula repletas de alunos o livro didático configura-se em um material que supre as dificuldades e necessidades pedagógicas.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as sala repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicos (SILVA, 2010, p. 19).

Segundo o pesquisador Sant'Ana (2006, p. 57) a partir de alguns enfoques apontados por pesquisadores sobre a questão do preconceito racial no livro didático, alguns aspectos se destacam entre outros: nas ilustrações e textos o negro pouco aparece e, quando aparece, está representado em situação de inferioridade comparado com o branco; pouco ou nada está ilustrado sobre a família negra; os textos publicados nos livros induzem a criança a pensar que a raça branca é mais bonita e inteligente; índios e negros geralmente são citados no passado, como se não existissem no presente.

De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros. (SILVA, apud, MUNANGA, 2005, p. 23).

Os conhecimentos adquiridos pelo professor em seu curso de formação inicial nem sempre o induzem a se assumir como intelectual transformador preparados para criticar o conteúdo desses livros didáticos, como também do currículo escolar e de suas próprias práticas pedagógicas. A questão ligada à pluralidade cultural e étnica pode despertar no educador um posicionamento crítico com relação aos materiais pedagógicos possibilitando-lhe a desconstrução de mitos, paradigmas e preconceitos

historicamente reproduzidos no ambiente escolar.

A formação inicial e contínua do educador reflexivo torna-se primordial no processo de reapropriação e (re) construção do conhecimento, por meio da análise crítica de recursos pedagógicos entre os quais, livros didáticos quantos aos textos e ilustrações neles apresentados, assim como, da observação do cotidiano escolar e do currículo escolar tendo por objetivo o processo ensino/aprendizagem direcionado à pluralidade cultural e ruptura com preconceitos e estereótipos no ambiente escolar. Segundo afirma Gonçalves e Dias o educador deve estar inserido nesse processo.

(...)Professores, fazemos parte de uma população afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que tem raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumirmos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. (...) (Gonçalves e Silva, 1996:175- apud GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias).

Enquanto considerações finais, este artigo enfatiza a importância da formação inicial e contínua do docente à uma educação reflexiva fundamentada no processo de humanização coadunado com a diversidade multicultural da sociedade brasileira. A aprendizagem se realiza por meio de um processo dinâmico que compreende a reelaboração do saber aprendido, em contraste com as experiências do cotidiano. Desmontar a ideologia que desumaniza pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico-racial no contexto educacional.

Pesquisas sobre temas relacionados ao multiculturalismo e educação tem sido abordados desde a década de 1990, no século XX, ampliando-se no século XXI, sobre a diversidade cultural e enfrentamento dos desafios ao preconceito racial, com ênfase na identidade como categoria central para se propor uma educação que valorizasse a pluralidade no contexto escolar, nos currículos e nos projetos político pedagógicos das escolas, assim como a formação de docentes à valorização na composição de diferentes segmentos sociais do povo brasileiro, com ênfase nas identidades culturais.

O processo de descolonização curricular ocorre não somente pela inclusão de conteúdos referentes à história da África e dos africanos, assim como, dos indígenas, à formação do povo brasileiro e nem por se tornarem apenas temas a serem desenvolvidos em datas específicas e esporádicas. O imprescindível é refletir sobre a importância do reconhecimento de que nossa cultura e formação social tem uma dimensão multicultural e, portanto, práticas de combate ao racismo necessitam ser incluídas no processo ensino/aprendizagem no contexto escolar da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (revista e atualizada). Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso: 17/06/2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (revista e atualizada). Disponível em: <http://www.cpt.com.br/ldb/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada>. Acesso: 16/06/2019.

_____. *Lei nº 10.639, de 19 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15/06/2019.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

_____. *Lei nº 11.645/2008*. Altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/L11645.htm. Acesso em: 17/06/2019.

CAPRINI, Aldieriz Braz. *Educação e Diversidade étnico-racial*. Editora Pacto, 2016.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MULLER, Tania Mara Pedroso; FERREIRA, Paulo Antonio Barbosa (orgs.) *Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo*. Editora: Livraria da Física, 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *Educação e Relações Raciais – Conceituação e Historicidade*. Editora: Livraria da Física, 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (orgs). *Formação de Professores e Diversidade – entre a universidade e a escola básica*. Editora: Livraria da Física, 2010.

FARIAS, Carlos Aldemir; COELHO, Wilma de Nazaré; SOARES, Nicelma Josenila Brito (orgs.). *A Diversidade em Discussão – inclusão, ações afirmativas, formação e práticas docentes*. Editora: Livraria da Física, 2016.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. *Educação das relações étnico-raciais: o desafio da formação docente*. Disponível em <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-2372-Int.pdf>. Acesso em: 14/06/2019.

MOREIRA, A.F. B. *Currículo, diferença cultural e diálogo*. In: Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, 2002 p. 15-38.

OLIVEIRA, Iolanda de. *Relações Raciais e Educação – novos desafios*. Editora PD&A, 2004.

OLIVEIRA, Rachel. *Tramas da Cor – enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

PINTO, Regina Pahm. *Diferenças Étnico-Raciais e Formação de Professor*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa nº 108, novembro 1999, p. 199-231.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das Relações Étnico-Raciais – pensando referências para a prática pedagógica*. Editora: Mazza Edições.

SANTA'ANA, Antonio Olímpio de. *História e cultura e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*, 2005.

SILVA, Ana Célia. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Maria Vieira; CUNHA, Myrtes Dias (orgs). *Políticas e práticas docentes – alternativas em construção*. Uberlândia: EDUFU, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem Narrativa 73, 74, 75, 76, 79, 82

C

Cidadania 30, 32, 37, 40, 44, 47, 48, 52, 57, 61, 66, 69, 133, 140, 164, 193, 201, 202, 212, 220, 225

Corpolítica 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Currículo Narrativo 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

D

Democratização 35, 37, 39, 45, 47, 49, 115

Desigualdades 3, 30, 41, 54, 138, 151, 153, 154, 155, 158, 163, 179, 181, 185

Diálogo 3, 4, 20, 39, 84, 94, 101, 107, 108, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 187, 193, 194, 195, 196, 205, 215, 225

Diretrizes Curriculares 16, 20, 21, 24, 61, 67, 86, 93, 95, 134, 155, 158, 161, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 200, 204, 212, 215, 218, 227

Discurso 1, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 39, 40, 42, 45, 58, 63, 71, 105, 136, 145, 147, 177, 190, 191, 192, 199, 211

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 138, 140, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Educação Comparada 37, 48

Educação Contextualizada 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Educação Física 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 133, 226

Educação Rural 106, 107, 108, 113, 115

Ensino Ativo 118, 120, 121, 125, 126

Ensino de Arte 187, 194, 196

Ensino Médio 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 107, 116, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 140, 156, 160, 188, 189, 209, 210, 219, 229

Escola Quilombola 1, 7, 9

Estratégia 17, 22, 42, 43, 84, 92, 114, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 179, 205, 220

Extensão Universitária 26, 27, 29, 32, 33, 35, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95

F

Fisiologia 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126

Formação de professores 2, 4, 5, 9, 12, 61, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 180, 181, 184, 186, 187, 192, 207, 211, 215, 223, 225

Formação humana 18, 19, 40, 63, 64, 68, 69, 71, 91, 133

G

Gênero & Sexualidade 26

H

Hegemonia 13, 14, 21, 22, 23, 47, 191, 208

I

Inclusão 7, 40, 54, 57, 58, 61, 69, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 111, 130, 139, 147, 151, 153, 155, 159, 163, 174, 176, 179, 180, 181, 184, 185, 204, 214, 215, 219, 225, 229

Integração 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 58, 61, 118, 153

Integração regional 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Internacionalização 52, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Interseccionalidade 26, 31

M

Mercosul 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Multiculturalismo 9, 138, 143, 149, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 205, 214

O

Organização pedagógica 106, 110, 111

P

Política curricular 13, 14, 15, 16, 17, 22

Políticas educacionais 37, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 85, 109, 111, 180, 219, 220

Prática pedagógica 1, 2, 4, 8, 10, 11, 17, 107, 112, 114, 115, 178, 182, 184, 186, 206, 215

Práticas curriculares 6, 54, 55, 77, 83, 106, 107, 109, 110, 131, 133, 139, 152, 153, 155, 158, 159, 161

R

Reflexividade 49

Relações étnico-raciais 130, 136, 138, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186,

204, 206, 207, 209, 212, 215

T

Tecnologia 18, 19, 20, 49, 56, 58, 91, 111, 112, 133, 166, 167, 229

U

Universidade 1, 2, 7, 13, 14, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 37, 47, 48, 63, 73, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 106, 120, 141, 142, 143, 149, 151, 165, 174, 175, 176, 185, 186, 197, 203, 206, 207, 215, 217, 218

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-660-7

